A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLABORATIVO PARA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

CINTIA INACIA DE SOUSA

RESUMO
O presente artigo trata de forma sucinta a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular, além de buscar apontar algumas das dificuldades que o professor encontra durante o processo de ensino para que a inclusão aconteça da melhor maneira possível, em um ambiente harmonioso e saudável a fim de que este estudante se sinta tão importante quanto qualquer outro. Dada a complexidade da inclusão, buscaremos abordar algumas peculiaridades da deficiência intelectual e trataremos da importância de um processo sob a perspectiva de documentos oficiais e legislação que rege o ensino brasileiro e de alguns importantes autores, dentre eles Mantoan. Através de um compilado de informações o presente artigo pretende proporcionar a conscientização do leitor quanto a necessidade de buscar a promoção da inclusão e do trabalho colaborativo para a efetivação do ensino dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: inclusão; deficiência intelectual; educação; trabalho colaborativo.

ABSTRACT
This article briefly addresses the inclusion of students with special educational needs in regular education, in addition to seeking to point out some of the difficulties that the teacher encounters during the teaching process so that inclusion happens in the best possible way, in a harmonious and healthy so that this student feels as important as any other. Given the complexity of inclusion, we will seek to address some peculiarities of intellectual disability and address the importance of a process from the perspective of official documents and legislation that governs Brazilian education and some important authors, including Mantoan. Through a compilation of information, this article aims to raise the reader's awareness of the need to seek to promote inclusion and collaborative work to effectively teach students with special educational needs.

Keywords: inclusion; intellectual disability; education; collaborative work.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento em que a dissolução de preconceitos e pré-conceitos têm conquistado grande espaço nas discussões nas mais diferentes esferas, a inclusão social de pessoas com quaisquer limitações já não é considerada impossível. A preocupação com a inclusão social não é um mérito nacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma que “toda pessoa tem direito à educação” e a Declaração de Salamanca, que assegura proteção e igualdade de oportunidades a crianças com qualquer deficiência.

Nesse sentido, Carvalho (2011) aponta que as políticas públicas têm preocupação em regulamentar a inclusão, com o objetivo claro de contribuir para que a criança com deficiência desenvolva habilidades e alcance todas as suas capacidades. Todavia, para além das políticas públicas existe a necessidade, senão obrigatoriedade, de conhecer as deficiências e suas características peculiares, para possibilitar ao estudante um ambiente escolar saudável, harmônico e seguro e que favoreça sua aprendizagem (MANTOAN et al., 2007).

Considerando os direitos que os deficientes têm no que concerne o acesso ao ensino regular e a interação com o outro, independente de suas limitações, cabe aos profissionais de educação buscarem conhecimento constante sobre as deficiências que o possibilite adaptar sua prática de ensino, a fim de proporcionar que todos os estudantes tenham direito de desenvolver suas habilidades e capacidades.

No Brasil, o número de estudantes com as mais diferentes necessidades educacionais especiais na escola regular, é uma crescente, tal crescimento se deve às Leis nacionais que regulamentam e favorecem a inclusão,

as convenções e declarações internacionais que servem de base para a estruturação do ensino na escola regular, corroborando com as Leis nacionais que garantem a todo cidadão o direito ao acesso à rede pública de ensino regular.
Embora exista um embasamento legal e investimento público para que o direito a inclusão ocorra, outros fatores são de grande relevância para alcançar uma inclusão efetiva e de qualidade, o primeiro dele é a conscientizar os profissionais da importância do processo de inclusão e consequentemente da formação constante de todas as pessoas que participam desse processo, atuem como professores ou em qualquer outra área da escola, é primordial que todos reconheçam a importância da inclusão e suas especificidades.
Diante do exposto, o presente artigo busca discutir a inclusão, para tanto, apresenta breve definição da deficiência, do cenário da inclusão destacando a inclusão de deficientes intelectuais e por fim aborda alguns aspectos importantes para uma inclusão efetiva e eficiente como o trabalho colaborativo.

DEFICIÊNCIA

A Declaração da Guatemala, traz no seu 1° artigo uma definição para deficiência, apontando que:
o termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (GUATEMALA, 2006).

Sabe-se que os indivíduos com deficiências estão submetidos a incontáveis discriminações, seja sua deficiência ser motora ou sensorial, é peculiar ao ser humano desenvolver o preconceito, no entanto, a inclusão social é uma das maneiras de fazer com que os preconceitos sejam minimizados e/ou eliminados completamente, pois, é no contato com o outro, percebendo o direito de igualdade que se muda o pensamento.
As deficiências físicas são as mais impactantes, pois estão visíveis aos olhos, todavia, foram os indivíduos com dificuldades intelectuais, ou seja, deficiências mentais ou intelectuais, que viveram a exclusão por mais tempo, visto a preconcepção da incapacidade de raciocínio, pensamentos e relacionar-se afetivamente com o outro. Nesse sentido, Mantoan et.al (2007) atribui ao medo do diferente a responsabilidade pelo preconceito e discriminação que as pessoas sofreram ao longo do tempo.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – DEFINIÇÃO

Mantoan et.al (2007), diz que a deficiência intelectual é frequentemente confundida com doença mental, no entanto, existem características que diferenciam uma da outra, por exemplo: a deficiência intelectual confere ao seu portador atrasos no desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem, na interação social e na execução tarefas básicas, a doença mental, por sua vez, podem levar o indivíduo a variações de humor e comportamento que tendem a afetar sua relação com o outro e com a vida social, tais doenças devem ser constantemente acompanhadas por psiquiatras a fim de minimizar os efeitos e proporcionar condições básicas para o indivíduo.
A Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), dizem que o deficiente intelectual tem um funcionamento inferior à média com manifestações reconhecidas até a fase da adolescência, as dificuldades e limitações estão ligas a comunicação, ao cuidado pessoal e as habilidades sociais e acadêmicas.
Alguns fatores podem contribuir para as deficiências intelectuais, por exemplo: doenças infecciosas da mãe, como sífilis ou rubéola, desnutrição materna, uso de substâncias tóxicas, fatores genéticos e/ou complicações no momento do parto. Segundo a AAMD e o DSM-IV, existem causas pós-natais que acontecem no atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, perceptível quando a criança demora em firmar a cabeça, sentar-se, andar ou falar. Todavia, pode ser percebida quando a dificuldade para aprender e apreender regras, ordens e comandos é maior do que o esperado.
Por outro lado, a deficiência mental também pode apresentar rendimento intelectual

anormal, mas, o deficiente intelectual presenta dificuldade em relacionar-se, comunicar-se, para desempenhar atividades de autocuidado, tem dificuldade de socializar-se e de conviver com a família e a comunidade na qual está inserido, além de apresentar pouca ou nenhuma noção em relação a própria segurança.

Segundo o Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na Área da Deficiência Intelectual (RAADI), a deficiência intelectual deve ter suas especificidades consideradas, a fim de que as respostas do processo de ensino aprendizagem alcancem resultados que proporcionem o pleno desenvolvimento do deficiente. Para tanto, são consideradas cinco dimensões (SÃO PAULO, 2008b, p. 17):

- Dimensão I: Habilidades Intelectuais – capacidade de planejar, raciocinar, solucionar problemas, pensamentos abstratos, compreensão de ideias complexas;
- Dimensão II: Comportamento Adaptativo – relacionado as habilidades conceituais – aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação – habilidades sociais – responsabilidade, autoestima, relações interpessoais, credulidade e ingenuidade, observância de regras e leis – habilidades práticas – autonomia, atividades diárias ocupacionais e de segurança pessoal;
- Dimensão III: Participação, Interações, Papéis Sociais – que considera basicamente a vida em sociedade;
- Dimensão IV: Saúde – condições de saúde física e mental;
- Dimensão V: Contextos – relacionado ao ambiente sociocultural no qual a pessoa com deficiência intelectual vive e como se dá o seu funcionamento nestes contextos.

De acordo com o RAADI (2008, apud FONTES et al., 2007, p. 84), mesmo com o avanço crescente da medicina ainda não existe possibilidade de determinar as causas da deficiência, todavia, a deficiência mental pode apresentar diferentes características e progressões dependendo dos estímulos recebidos, embora fatores inatos atribuam características a pessoa com deficiência intelectual, o convívio e suporte da família e da comunidade podem alterar sua realidade e garantir vários níveis de progresso.

No que diz respeito a interação social, Vygotsky (1984) apontou que ´´e na relação com o outro que o indivíduo se apropria do conhecimento e se desenvolve, a respeito dessa perspectiva:

o desenvolvimento da criança está relacionado ao processo de maturação do organismo como um todo, ou seja, a mente da criança contém estágios do futuro desenvolvimento intelectual; eles existem já na sua forma completa, esperando o momento adequado para emergir (VYGOTSKY,1984, p.26).

Percebe-se, portanto, que o deficiente intelectual precisa de tantos estímulos quanto for possível, uma vez que, segundo Mantoan et al., "um deficiente mental (intelectual) tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva" (2007, p. 16).

Vygotsky (1984), dedicou-se a estudar a importância de uma teoria que se preocupasse com a contribuição com o desenvolvimento do indivíduo, levando-o do seu ponto atual a um ponto futuro, assim, estudou a zona de desenvolvimento proximal que estabelece o espaço entre os níveis o real e potencial de desenvolvimento.

Pode-se afirmar que o deficiente mental (intelectual), tem possibilidades de desenvolver-se como qualquer outro indivíduo, o que os diferencia é a maneira e a como aprendizado se dará, o que está relacionado com a velocidade com que as informações são apreendidas e transformadas em seu intelecto (MANTOAN, et al., 2007).

A INCLUSÃO

Inclusão, de acordo com a língua portuguesa, é a "ação ou ato de incluir". Educação inclusiva, por sua vez, é o processo de proporcionar a todos, independente de limitações, acesso ao ensino. Em termos legais, a Constituição Federal de 1988 favorece no Art. 208, a inclusão, pois preconiza o acesso dos deficientes ao ensino regular.

Embora, a inclusão seja regulamentada ainda é possível ver que estudantes têm sido depositados em salas de aula superlotadas, o que impossibilita que o professor lhes ofereça a atenção necessária para que a aprendizagem se dê integralmente, o que contraria a Declaração da Salamanca (UNESCO, 1994), que estabelece a inclusão, defenden-

do que a escola deva considerar a diversidade, sendo livre de preconceitos e buscando atender as necessidades individuais de cada estudante na promoção da aprendizagem.

Todavia, as dificuldades encontradas pelo professor no cotidiano escolar limitam o processo de inclusão, nesse sentido aponta:

O grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode: é reconhecer os limites que sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática de que ele faz parte (FREIRE, 2001, p.98).

A partir da ideia de Freire, podemos dizer que o professor é essencial no processo de inclusão, pois é ele quem irá promover através de sua prática a conscientização da comunidade escolar quanto a importância da presença da criança ou adolescente deficiente, é através de sua intervenção que se notará os progressos no desenvolvimento desse estudante, portanto, sua responsabilidade é maior do que sugere a literatura.

Contudo, no Brasil, existem políticas públicas muito claras no que se refere a formação de professores especializados e a necessidade de constante formação de professores das turmas regulares para o trabalho com as mais diferentes deficiências existentes, há ainda a exigência de que a escola possibilite momentos regulares de formação para professores e funcionário, visando a efetivação de uma inclusão de qualidade.

A exemplo do que acontece em âmbito nacional, o Município de São Paulo, instituiu políticas públicas próprias relacionadas promoção e garantia da educação especial, assim, todo estudante tem direito a ser inserido em uma classe regular, independente de suas condições ou limitações, além do direito ao acompanhamento especializado em colaboração (durante o horário regular de aula) ou contraturno.

Na perspectiva de proporcionar uma inclusão de qualidade o município de São Paulo instituiu o CEFAI (Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão) responsável por acompanhar o Professor de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), todavia, embora exista suporte especializado, não se descarta a necessidade do comprometimento de toda a comunidade escolar durante o processo.

Ainda assim, a existência da SRM é muitas vezes contraditória, alguns professores questionam a permanência do deficiente na sala regular e/ou transfere a responsabilidade do processo de ensino exclusivamente ao PAEE ignorando sua importância no processo, todavia, as SRM's existem para oferecer apoio e suporte pedagógico especializado complementar ou suplementar (SÃO PAULO, 2007a, p. 19-21).

Segundo o Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (RAANEE), alguns estudantes precisam de adaptações e suporte, para tanto há necessidade de um o atendimento complementar, por outro lado, os estudantes com altas habilidades/superdotação necessitam de atendimento suplementar. O RAANEE sugere que o atendimento seja feito em contraturno com a carga horária de no máximo oito horas por semana.

A escola é um espaço importante para a socialização, é um espaço que prepara o indivíduo para o futuro, portanto, a valorização da diversidade é benéfica não apenas para estudantes com deficiências, mas, pode-se dizer que é importante, principalmente para aqueles considerados "comuns", pois no contato com o outro estes compreenderão a importância de respeitar as diferenças e de contribuir para que a vida do outro seja facilitada, o que levará, a formação de adultos melhores (SÃO PAULO, 2007a).

A falta de informação ou da busca por ela, culmina na discriminação e no preconceito, portanto, quanto antes a pessoa entrar em contato com o diferente e aprender a respeitar suas especificidades melhor será para a pessoa com deficiência, mais cedo ela experimentará os benefícios da convivência em uma comunidade livre de preconceitos e preocupada com o bem-estar de todos.

A INCLUSÃO E O DEFICIENTE INTELECTUAL

O Brasil conta com uma política educacional que promove a inserção de crianças e jovens

com deficiência no ensino regular, preconizando o atendimento educacional especializado como suporte no cotidiano quando necessário.

Mantoan et al. (2007) fala sobre as diversas maneiras de discriminação e preconceito a qual são submetidos os deficientes intelectuais, ressaltando que a discriminação pode estar presente nas sutilezas, por exemplo, quando existem barreiras que impossibilitam o acesso ou expõe sua deficiência ou ainda quando o ambiente é totalmente transformado para recebê-la

O RAADI (2008), aponta que não se deve limitar as possibilidades de desenvolvimento do indivíduo com base em sua deficiência intelectual, sendo assim, o processo de ensino precisa atender as necessidades educacionais especiais sem desconsiderar o currículo e a proposta pedagógica preestabelecida, sendo assim, a escola e o professor precisam organizar a prática pedagógica para que a inclusão seja real e não excludente (MANTOAN et al., 2007, p. 16).

Buscando resolver as urgências que surgem quanto a inclusão de todos na escola regular, algumas instituições encontram um caminho mais rápido, adaptando o currículo, atividades e avaliação destinados aos estudantes com deficiências, todavia, Mantoan et al. (2007) diz que adaptações devem ser realizadas pelos próprios estudantes, como sinal de sua emancipação intelectual, que se dá através da aprendizagem e a certeza de que tem possibilidade de adaptar novos conhecimentos aos já existentes.

Mantoan et al. (2007) diz que ensinar é um ato coletivo, nele o professor oferece a todos estudantes o mesmo conhecimento, a partir da informação cada um processará respeite suas possibilidades intelectuais, portanto, a escola deve planejar e organizar sua prática a fim de atender a todos. Enfim, as discussões que envolvem a inclusão do deficiente intelectual deixam evidente o papel da escola e dos professores no processo de inclusão, são os profissionais que compõe a escola que farão com que o processo tenha sucesso e se livre do caráter excludente.

TRABALHO COLABORATIVO NA INCLUSÃO

Nos últimos anos surge o trabalho colaborativo como uma nova metodologia de ensino rompendo as amarras da educação tradicional, no que concerne a inclusão de crianças com deficiências e altas habilidades e superdotação, a SRM e o PAEE têm papel de suma importância, trabalhando em colaboração com os professores titulares para facilitar, adaptar e buscar alternativas para favorecer a aprendizagem das crianças.

O art. 2º da resolução CNE/CNB nº 4/2009 (BRASIL, 2009), aborda o sistema de apoio à escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais conta ainda com estagiários que sob orientação do PAEE atuam diariamente em sala de aula, colaborando com o Professor, dando apoio ao estudante com necessidades educativas especiais por meio de disponibilização de serviços e recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para o seu aprendizado.

Todavia, embora a SRM seja um recurso importante para o atendimento dos estudantes, além de atendimento em contraturno, atualmente o município de São Paulo instituiu o trabalho colaborativo em sala de aula regular em busca de acompanhar mais de perto os progressos dos estudantes, assim, além do PAEE as escolas municipais de São Paulo contam também com a presença de estagiários que atuam diariamente em sala de aula, auxiliando o professor regular sob orientação do PAEE no que concerne o público alvo do SRM.

Propiciar a inclusão é uma difícil tarefa no cotidiano das escolas, visto o excesso de estudantes em sala de aula e a dificuldade de tempo e espaço para promoção de uma educação de qualidade, assim, uma abordagem pedagógica com base na colaboração entre professores titulares e do atendimento educacional especializado tende a minimizar o fracasso escolar.

O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores (MACEDO, 2023, p. 40).

O trabalho colaborativo consiste no planeja-

mento coordenado e sistematizado em busca do ensino de grupos heterogêneos para a aprendizagem do estudante com deficiência, para tanto, combina as habilidades dos professores adequando o currículo, elaborando estratégias e recursos adequados no que concerne a facilitação da aprendizagem do estudante.

Nesse sentido, Capellini (2004 apud MACEDO, 2023, p.89) aponta:

O trabalho colaborativo efetivo requer compromisso, apoio mútuo, respeito, flexibilidade e uma partilha dos saberes. Nenhum profissional deveria considerar-se melhor que os outros. Cada profissional envolvido por aprender e pode beneficiar-se dos saberes dos demais e, com isso, o beneficiário maior sempre será o aluno.

Diante do exposto, é possível dizer que é indispensável que os professores se relacionem de maneira colaborativa, libertando-se do egocentrismo, tendo consciência de que não existe um professor mais importante e de que a colaboração não traz benefícios apenas para os estudantes, mas tende a tirar um peso das costas do professor da sala regular, dando-lhe mais confiança e segurança na realização do trabalho com os estudantes público-alvo do ensino especial.

O ensino colaborativo pode ser entendido como o compartilhamento de responsabilidades, uma vez que não é possível que um único profissional possa exercer com qualidade e alcançar os objetivos esperados dada a realidade das turmas, considerando a diversidade e quantidade de estudantes, o currículo, o tempo e o todo o trabalho burocrático extraclasse, assim, o trabalho em parceria pode representar uma ferramenta de muita relevância no aprendizado dos estudantes (MACEDO, 2023).

Em suma, o trabalho colaborativo é essencial, indispensável e urgente para que o aprendizado e a inclusão de estudantes com deficiência, seja eficaz e uma realidade, para que o professor da sala comum tenha apoio constante e segurança no que concerne oferecer a todos os estudantes um ensino de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira tem bases teóricas e subsídios de legislação suficientes para que as pessoas com qualquer deficiência sejam atendidas com qualidade no ensino regular, todavia, ainda existe necessidade de investimento contínuo na formação de profissionais, tais investimentos devem ser realizados tanto pelos governos, pelas instituições educacionais quanto pelo próprio profissional, uma vez que, um bom profissional tem o compromisso de manter-se constantemente atualizado.

No entanto, capacitar profissionais não é suficiente para o sucesso da inclusão, existe a necessidade de que o profissional seja sensível e comprometido com o processo para que ele se dê de maneira segura e menos traumática possível. O profissional deve se libertar de preconcepções e preconceitos, ser consciente de que está em um processo constante de aprendizagem e de que tem um papel essencial para que o estudante com deficiência consiga desenvolver suas capacidades, habilidades e adquirir novos conhecimentos.

Embora a educação brasileira tenha caminhado a passos largos para alcançar o sucesso no que concerne à educação inclusiva, as escolas públicas regulares ainda precisam de muito suporte para que ela deixe de ser um ideal como preconiza a literatura, mas uma realidade benéfica para a pessoa com deficiência e perca a característica de peso que imputa aos profissionais com excesso de responsabilidades.

A sociedade está passando por um processo de mudança importante, de libertação de costumes e preconceitos em busca de uma sociedade mais humana, é possível observar que em diversas situações e espaços sociais a presença de deficientes físicos, visuais e intelectuais tem sido aguardada e respeitada com os suportes necessários, todavia, o direito de educação para todos só se efetivará quando todos os estudantes tiverem igual acesso.

Carvalho (2011), diz que a educação deve ser pensada para pessoas e para a sociedade, nesse sentido, ao incluir está se preconizando a educação para a sociedade, pos-

sibilitando ao deficiente os mesmos direitos e apresentando-lhe novas possibilidades de ser e estar nesta vida.

No cotidiano das escolas é possível verificar que a inclusão não beneficia apenas o desenvolvimento e a aprendizagem de pessoas com deficiências, mas também daqueles que não apresentam limitações, pois, ao conviver com indivíduos com limitações proporciona as crianças aprender a ser mais solidárias e gratas, respeitar as diferenças e lutar contra discriminações e preconceitos.

Sobre essa perspectiva, Cunningham (2008) aponta os benefícios do convívio de crianças sem deficiência com deficientes, por existir diversas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento por meio da socialização, pois, instiga na criança o prazer de ensinar o que aprendeu, conviver com a deficiência faz com que o outro se torne um ser humano mais sensível e crítico.

Portanto, a inclusão no ensino regular não é um processo simples, é complexo, mas, para as crianças acontece de uma maneira muito especial, com uma naturalidade desconhecida pelos adultos, sendo assim, os profissionais que facilitarão o processo de inclusão precisam tomar as crianças como exemplo e se despir de preconceitos, tornando-se indivíduos mais pacientes e sensíveis, buscando facilitar o aprendizado com adaptações e colaborações.

Vimos que a inclusão é em grande parte responsabilidade do professor, todavia no cenário das escolas públicas municipais, embora existam diversas políticas que incentivem e apoiem a escola e o professor, o número excessivo de alunos por sala de aula torna o trabalho mais difícil e desgastante, por isso, a importância do SRM e do PAEE no cotidiano escolar, mas, para além das aulas de contraturno, o trabalho colaborativo constante é essencial para que o estudante com deficiência perceba sua importância, desenvolva e aprenda com qualidade.

Enfim, podemos dizer que o direito à educação do indivíduo deve ser garantido e respeitado, sendo assim, todas as ferramentas, inclusive as humanas, devem ser utilizadas como subsídios para que a inclusão aconteça de maneira efetiva, nesse sentido, atualmente o trabalho colaborativo é uma das mais importantes ferramentas e/ou subsídios com que os professores podem contar para organizar, planejar e atender as necessidades de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete.; MOLL, Jacqueline. Para Além do Fracasso Escolar. 2° ed. Campinas SP: Papirus,1997.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Conselho Nacional de Educação: Câmara da Educação Básica, 2009.

BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sonia R. Fiorim. Inclusão Escolar e Deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. 2004.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. Revista Nova Escola, São Paulo, v.1, n. 182, p. 51-56, maio, 2005.

CARVALHO. Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 8ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÂO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca Espanha, Anais: Unesco, 1994.

MACEDO, DAVINNI DA SILVA. JUNTOS PELA INCLUSÃO: o ensino colaborativo para potencializar o atendimento do aluno da educação especial Dissertação, PPGEC-UNIGRANRIO, 2023.

MANTOAN, M. T. Eglér. et al. Atendimento Educacional Especial/Secretária de Educação Especial - MEC; SEESP, 2007. 83 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema. São Paulo: Memnon, 1997.

_____, Maria Teresa Eglér. Compreendendo a deficiência Mental. Novos Caminhos Educacionais. São Paulo: Scipione, 2001.

_____, Maria Teresa Eglér. Inclusão Esco-

lar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. São Paulo: SME/DOT, 2007a.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na Área da Deficiência Intelectual. São Paulo: SME/DOT, 2007b.

VYGOTSKI, L.S. Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.